

América Latina: Chegam os novos “classe média”

Num continente marcado pela desigualdade, uma década de progresso social está a criar uma nova classe média, que abarca já 30% da população da América Latina. O crescimento económico e a geração de emprego formal está a conseguir tirar muitos da pobreza, segundo um relatório do Banco Mundial.

Uma história curiosa foi publicada pela BBC há um ano: a do aborrecimento de alguns brasileiros de classe alta pela chegada aos seus lugares de veraneio de novos inquilinos, desta vez de uma emergente classe média. Estão em todo o lado: enchem as praias, os hotéis, os aeroportos, levando uma profissional do setor a queixar-se: “Notamos que muitas pessoas que vêm aqui não são da classe A ou B, mas da C. Isso é evidente pelo modo como se vestem e se comportam”.

A seu contra gosto e do de outros, um relatório recente do Banco Mundial (BM) – “A mobilidade económica e o crescimento da classe média na América Latina” – indica que os incómodos dos que têm maiores rendimentos terão de se moderar, pois tem-se vindo a consolidar na região uma tendência para a melhoria nos níveis de rendimento *per capita*, o que tirou da pobreza e converteu em classe média 50 milhões de pessoas durante a década passada.

Uma classe em ascensão

De acordo com o relatório, esse segmento teve um crescimento de 50 por cento (de 103 para 152 milhões entre 2003 e 2009). Embora ainda representem somente 30% da população da região, conseguiram que se tenha reduzido o fosso da desigualdade. Argentina, México, Colômbia, Brasil, Costa Rica, entre outros, são os rostos de sucesso da notícia.

Observado de perto, o retrato do trabalhador de classe média latino-americano seria este: um empregado do setor dos serviços, com um certo nível de instrução, que trabalha numa

empresa privada com um contrato formal, o qual lhe dá direito a prestações sociais várias, e que reside na cidade.

Quanto a rendimentos, os parâmetros do BM consideram uma pessoa da classe média se recebe por dia 10 a 50 dólares norte-americanos. Ser pobre significa receber quatro dólares, enquanto que apenas um dólar *per capita* é sinal de pobreza extrema.

Redução da desigualdade

Vários foram os fatores que possibilitaram o salto a partir dos estratos mais pobres. O BM cita o acesso a uma educação de maior qualidade, a maior permanência dos estudantes nos centros de formação, a progressiva integração das mulheres – com uma bagagem académica e competências muitas vezes superiores – no mercado laboral, e a garantia de redes de proteção social agora mais sólidas.

Evidentemente, um fator decisivo entre as causas determinantes é o do surto económico da região (uma taxa de crescimento de 2,2% anual entre 2000 e 2009); crescimento que, deve dizer-se, assenta na sua maior parte sobre o movido terreno da exportação de matérias-primas, pelo que a crise que golpeia os países do Norte, principais consumidores, não deixa de ser um aviso para não se coloquem todos os ovos num único cesto e se vão diversificando as fontes de riqueza.

“É uma realidade com duas faces”, comenta Augusto de la Torre, economista-chefe do BM para a América Latina e as Caraíbas. “Uma, positiva, que representa a redução da desigualdade nos rendimentos – os salários subiram, principalmente nas áreas de menor capacidade tecnológica ou intelectual – e outra, talvez preocupante, devido à especialização das nossas economias em setores de relativamente mais baixa produtividade, com menores exigências em requisitos de educação, competências profissionais e capital humano”.

Brasil e México: rompendo o ciclo da pobreza

Vários dos programas dos governos latino-americanos destinam-se, precisamente, a romper o ciclo da pobreza e procuram fazer com que os membros das classes mais desfavorecidas adquiram a formação necessária para os colocar em igualdade de condições de acesso ao bem-estar.

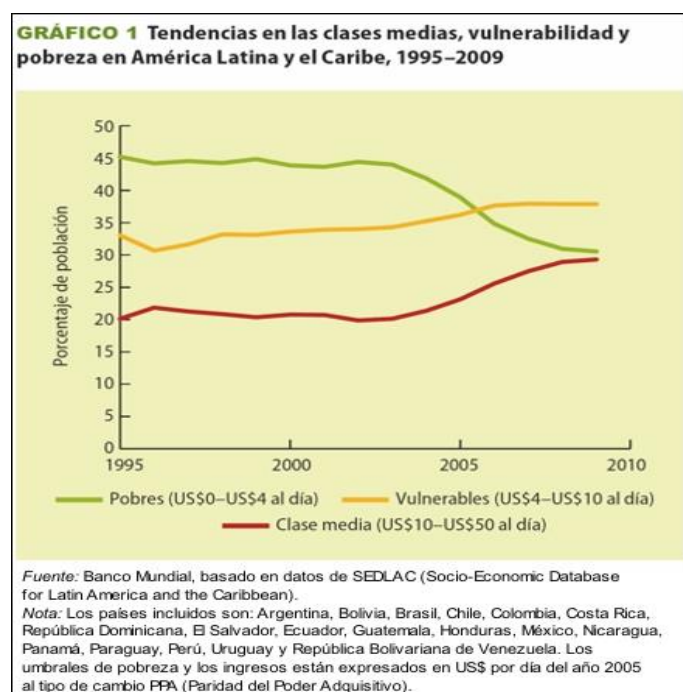
Exemplo é o programa “Oportunidades”, aplicado no México com o apoio do BM, que já beneficiou 5,8 milhões de famílias. A iniciativa consiste em entregar pequenas quantias aos núcleos mais vulneráveis. Em muitos deles, as crianças não iriam às aulas por terem de se dedicar a levar para o lar parte do sustento. As autoridades, nessa situação, entregam à família o equivalente à hipotética contribuição da criança, para que esta possa frequentar a escola, e o montante tem vindo a aumentar de ano para ano, até a criança concluir os estudos secundários.

Assistência sanitária para todos, com ênfase na prevenção, e apoio nutricional, fazem igualmente parte do pacote de “Oportunidades”.

Outra experiência interessante é a brasileira. O governo do Partido dos Trabalhadores implementou, a partir do início do primeiro mandato de Lula em 2003, o seu programa “Bolsa Família”, com o qual afirma ter tirado da pobreza 30 milhões de pessoas num país de 190 milhões de habitantes. A sua sucessora, Dilma Rouseff, lançou em 2011 a sua própria iniciativa, intitulada “Brasil sem miséria”, com a qual procura elevar outros 16 milhões de pessoas acima do limiar de pobreza extrema, fixado no Brasil em menos de 44 dólares por mês. As medidas incluem ajuda financeira, educação de maior qualidade, acesso à água e à energia, e formação profissional.

Tanto o programa brasileiro como o mexicano contam com o apoio do BM.

Apresentamos, em seguida, o Gráfico 1, publicado em “Aceprensa”:



Proceso irreversível?

Poderá perguntar-se se estes saltos para uma melhor qualidade de vida implicam que as sociedades latino-americanas se estão a tornar sociedades de classe média. Seria muito arriscado afirmá-lo, pois mesmo quando esta constitui 30 por cento da população regional, ainda subsiste uma percentagem similar de pessoas que sofrem a pobreza.

Para falar de uma expansão “crónica e irreversível” da classe média, de modo que as sociedades latino-americanas possam receber tal qualificação, ter-se-ia de estabelecer se não existe o risco, para grandes segmentos populacionais, de um retrocesso no estatuto socioeconómico, algo que não é de afastar de todo. De facto, às categorias definidas pelo BM consoante os rendimentos diários, acrescenta-se outra: a dos “vulneráveis”, entendidos como aquelas pessoas que têm rendimentos de entre quatro e dez dólares diários, superiores ao dólar único da pobreza extrema, mas claramente abaixo do rendimento da classe média.

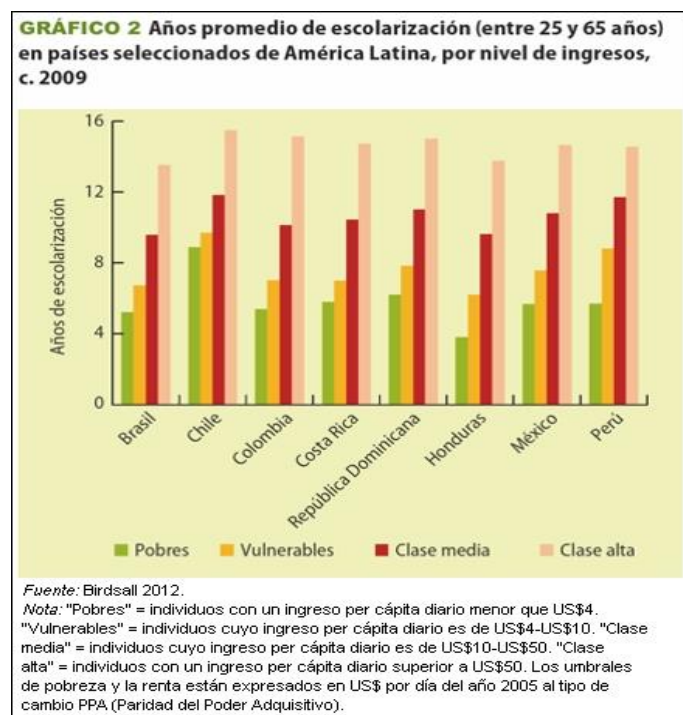
Para que não haja um recuo neste sentido, o economista De la Torre refere que são necessárias reformas que abarquem o trabalho, a recolha de impostos e a segurança social.

Por isso, o relatório do BM propõe integrar de modo explícito na política pública o objetivo da igualdade de oportunidades, para convencer toda a gente de que o esforço acarreta mérito e que a distribuição de dividendos não é um jogo de vencedores ganho antecipadamente.

De igual modo, e como outra das medidas, o BM sugere que se acabe com o desestimulante círculo de impostos baixos e má qualidade dos serviços públicos. Se se aproveitarem os ganhos obtidos com a alta das matérias-primas, se se reestruturar a política fiscal e os rendimentos dos impostos forem empregues, de modo decidido, na melhoria das prestações, todos verão que vale a pena envolver-se e não jogar cada um para seu lado.

Só assim o contrato social, quebrado durante as muitas décadas em que o Estado lavou as suas mãos, poderá ser recuperado e consolidado. Mas se o novo empresário continuar a perceber que os seus impostos são inúteis, porque não se afetam parcelas orçamentais para aumentar, por exemplo, a eficácia da força pública, e ele tem de continuar a confiar em escoltas privadas para evitar um sequestro, de pouco valerão os esperançosos números de hoje. E os bairros pobres terão sempre espaço para acolher mais algum que a eles regresse.

Apresentamos, agora, o Gráfico 2, publicado em “Aceprensa”:



A mobilidade intergeracional continua a ser baixa

Apesar da subida dos rendimentos ao longo da vida de uma geração, a mobilidade intergeracional na América Latina continua a ser escassa, afirma o relatório do Banco Mundial. A conclusão retira-se não dos níveis de rendimento – para os quais faltam dados – mas do estudo dos níveis educativos (medidos por anos de escolarização) e dos resultados educativos (medidos pelas notas em exames normalizados).

Quanto às mudanças nos anos de escolarização dos filhos relativamente aos dos pais, há uma persistência muito maior – isto é, existe menos mobilidade – nos países da América Latina (como Brasil, Equador, Panamá e Peru) do que na maioria dos restantes países, ricos ou pobres, para os quais há dados. Mas também o nível de instrução está a melhorar: uma média de 8 anos de escolaridade por aluno, contra somente 5 anos historicamente.

Um panorama similar, embora com contrastes menos marcados, observa-se quando se considera o efeito do estatuto socioeconómico dos pais nos resultados dos alunos, medidos pelas classificações nos exames. Na maioria dos países latino-americanos para os quais existem dados relevantes, os antecedentes familiares determinam mais os resultados dos alunos do que noutras regiões.

“Não obstante – acrescentam os autores do relatório –, há um aspeto crucial, que é o facto de a maioria dos países da América Latina mostrarem não só uma mobilidade intergeracional mais baixa em resultados educativos como, também, níveis muito baixos de aprendizagem dos alunos”.

Além do estatuto socioeconómico das famílias, também influencia o rendimento académico o facto de as escolas para as quais vão os alunos ricos terem muito melhor qualidade do que as dos pobres, em termos de equipa dirigente, instalações, qualificação dos professores e prestação de contas.

Apesar da desigualdade de oportunidades, é possível ter esperanças de mudança. Efetivamente, a mobilidade intergeracional nos níveis educativos parece ter aumentado, ao longo da última década, na maior parte da região.

As pequenas e médias empresas, chave do crescimento

O aumento da classe média na América Latina está também muito relacionado com o desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs). É importante impulsionar estas unidades produtivas, pois canalizam o esforço de poupança e investimento de grupos de rendimento médio e, no caso das microempresas, igualmente de estratos pobres.

O recém-publicado relatório “Perspetivas económicas da América Latina”, elaborado pela OCDE e pela CEPAL, é dedicado às PME.

Depois de uma década de contínua expansão, o crescimento económico da região foi, em 2012, de 3,2%. A OCDE considera que as PME devem ter um papel central no desenvolvimento da América Latina, criando mais empregos de qualidade.

Hoje, as PME representam 67% do emprego, mas a sua produtividade é baixa: as grandes empresas têm uma produtividade seis vezes superior à das PME.

Um dos seus maiores problemas é a dificuldade de acesso ao crédito: somente 12% do crédito total da região é dirigido às PME, em comparação com os 25% nos países da OCDE. Além disso, têm de pagar juros mais altos do que os das grandes empresas, por vezes até o dobro, nalguns países.

Para suprir o crédito escasso dos bancos comerciais, as instituições financeiras públicas têm vindo a aumentar o seu apoio através de vários instrumentos, como a disponibilização de garantias, linhas de crédito a longo prazo e programas adaptados às necessidades das PME.

Outro dos problemas das PME é a sua limitada possibilidade de contar com mão-de-obra qualificada. 37% das PME declaram que este é um dos seus principais obstáculos. Daí o relatório achar necessária uma maior articulação entre o sistema educativo e o setor produtivo.

Em matéria de inovação, as PME têm um desempenho pobre. Para que sejam mais competitivas, precisam de fazer um uso mais intensivo das TIC. Tendo em conta os altos riscos

associados às atividades de inovação, é necessário que as PMEs se associem e se vinculem mais com outras empresas de forma a apostarem no ato de inovar.

A. R.